



## Ana Paula Vescovi

# “Se não cortar gastos, Brasil voltará aos anos 80”

Secretária do Tesouro Nacional defende mudanças estruturais

GUSTAVO RANIERE/GMF



LUÍSA TORRE  
ltorre@redgazeta.com.br

Um Estado que mais regula do que executa, com um limite claro de despesas. Esse é o modelo de governo que deve ser implementado na gestão de Michel Temer, segundo a secretária do Tesouro Nacional – e ex-secretária da Fazenda do Espírito Santo – Ana Paula Vescovi.

Em entrevista para AGAZETA, a secretária diz que o objetivo do governo é promover reformas estruturais para que o país possa voltar a crescer, com ênfase no incentivo ao setor privado e focando em privatizações em setores como o elétrico, aeroportos e ferrovias.

**Qual é a estratégia do governo para o país voltar a crescer?**

A estratégia é baseada em primeiro lugar no diagnóstico, e nós acreditamos muito nele, que o país se aprofundou numa crise fiscal muito intensa e parou de ter crescimento de produtividade. Baseado nesse diagnóstico, a saída para o Brasil voltar a crescer é investir no ajuste fiscal voltado para o longo prazo e medidas para que nós possamos permitir que o setor produtivo como um todo volte a ter ganhos de eficiência e produtividade.

**De que forma essas medidas vão tirar o país da recessão?**

Nosso diagnóstico pressupõe que o Brasil tem restrições ao crescimento por duas vertentes: crise fiscal e baixo crescimento da produtividade. Para a saída da crise fiscal, em particular, a grande estratégia que nós temos é focar na questão estrutural. Nós temos desde 1988 uma situação em que as despesas públicas crescem acima da inflação, cerca de 6% em média ao ano. E também crescem acima do PIB. Houve um período em que as despesas cresceram, seja por aumento de impostos ou pelo ciclo econômico favorável. Isso acabou, e desde 2008 temos uma queda sustentada nas receitas administradas do governo federal. E isso revela o problema do crescimento continuado do gasto público. Então temos duas medidas principais: a reforma da Previdência e a PEC dos gastos, que estabelece um limite, pela inflação, dos gastos públicos.

**Qual é a importância, no curto e no longo prazo, da aprovação do projeto de limitação dos gastos?**

A aprovação desse projeto antecipa benefícios para o presente que seriam colhidos no futuro, porque ele resgata a confiança de que o Brasil vai voltar a ter contas organizadas. Segundo, ele cumpre um papel importante de permitir o protagonismo maior do parlamento na discussão de

“

O Estado não pode tudo. Ele tem que fazer as coisas na medida em que a população está disposta a financiá-lo por impostos”

prioridades das políticas públicas. Dado que tem uma restrição orçamentária clara, a sociedade vai ter que discutir mais as prioridades. O Estado não pode tudo. Ele tem que fazer as coisas na medida em que a população está disposta a financiá-lo por impostos. Se não for assim, não equilibra e a dívida pública se torna insustentável. Se não emprendermos medidas de contenção de gastos, o Brasil se verá novamente de volta aos anos 80, com uma dívida muito grande e inflação explosiva.

**Como é a situação da Previdência hoje?**

Nossas regras remontam de um período em que a evolução demográfica do país era diferente. Tínhamos um número de pessoas que entrava no sistema pa-

ra contribuir muito maior do que os que entravam para colher os benefícios. Hoje, isso reverteu. Isso causa um déficit crescente. Este ano, ele é estimado em R\$ 149 bilhões. No ano passado, foi de R\$ 85 bilhões. E para o ano que vem, já é R\$ 181 bilhões. Se nada fizermos, em alguns anos precisaríamos aumentar nossa carga tributária de forma importante para conseguirmos dar conta dessa despesa. E está claro que a escolha hoje no Brasil é não aumentar impostos.

**Quais as propostas para aumentar a produtividade?**

Vamos retomar o debate sobre a importância das privatizações, a melhoria dos marcos regulatórios, a independência das agências reguladoras, a reforma trabalhista, a desburocratização, reforma do Estado e a integração mais ampla do Brasil ao mercado internacional.

**Quando as contas públicas voltam ao azul?**

Projetamos o equilíbrio do resultado primário, próximo a zero, para 2019. Em 2017, teremos R\$ 139 bilhões de déficit, e para 2018, próximo a R\$ 80 bilhões. É importante dizer que dado o tamanho do problema, não há reversão rápida. Não tem mágica. Precisamos nos confrontar com os desafios de fazer reformas estrutu-

rais, é a única forma de fazer ajuste no país.

**O orçamento não prevê aumento de impostos, mas, para bater meta de arrecadação, estão previstas privatizações. Qual será o impacto financeiro?**

A questão das concessões, outorgas, vendas de ativos são importantes para o orçamento do ano que vem na composição de receitas, e volta a ser política importante dentro do governo. Está voltada para atrair o setor privado para aquelas funções onde ele é melhor que o setor público, como o setor elétrico, telecomunicações, aeroportos e ferrovias. Nesse escopo, temos a previsão de R\$ 11,8 bilhões de receitas tributárias decorrentes da venda de ativos e uma previsão de receitas com outorgas e concessões de R\$ 24 bilhões.

**A estratégia de crescimento também passa por isso?**

Sim. Quando a gente fala numa agenda voltada para a recuperação da produtividade é uma agenda voltada ao setor privado. Primeiro se estabelece uma percepção do governo que é mais um agente que estimula a participação privada em projetos do que ele próprio sendo executor desses projetos. E isso pressupõe que temos um ambiente de negócios melhor, com mais segurança jurídica, marcos regulatórios que

atendam, agências reguladoras fortes para defender interesses dos consumidores, e que o governo seja mais leve no cumprimento de suas funções.

**Como avalia os reajustes salariais concedidos aos servidores públicos federais num momento em que milhões de brasileiros estão desempregados? Outros reajustes virão ou a torneira fechou?**

É uma decisão de um governo dentro de um aspecto de interinidade. É um governo que assumiu de um dia para o outro, com uma semana para se organizar e tendo na mesa algumas pautas que já vinham sendo construídas. Entre elas estão acordos com várias categorias que estavam assinados, além da renegociação das dívidas dos Estados com prazo muito curto. Na atualidade, o que nós vemos é que novos movimentos reivindicatórios já não têm sido mais considerados. Os projetos de lei que foram aprovados, concedendo reajustes, têm reajuste escalonado por quatro anos. Então, até 2019 não há espaço para novas reivindicações.

VEJA NA WEB

[www.gazetaonline.com.br](http://www.gazetaonline.com.br)



NA ÍNTEGRA  
Leia a entrevista completa com Ana Paula Vescovi no portal.